



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 26 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Estudo ameaça tirar competitividade	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO PIM	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Prevenção	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Abimaq	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Taxa de desemprego sobe para 10,7%	6
ECONOMIA	
A CRITICA Governo quer temporários	7
ECONOMIA	
A CRITICA Duas rodas	8
ECONOMIA	
A CRITICA Contra Auditores Fiscais	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Trabalhadores em greve poderão ser substituídos	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Categorias se unem para barrar medida	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Decisão é considerada inócua.....	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Oferta de emprego pelos Sines teve retração de 40% no primeiro semestre	13
ECONOMIA	
MASKATE FIEAM conversa com candidatos	14
POLITICA	
MASKATE Isenção para empresário.....	15
MANCHETES	

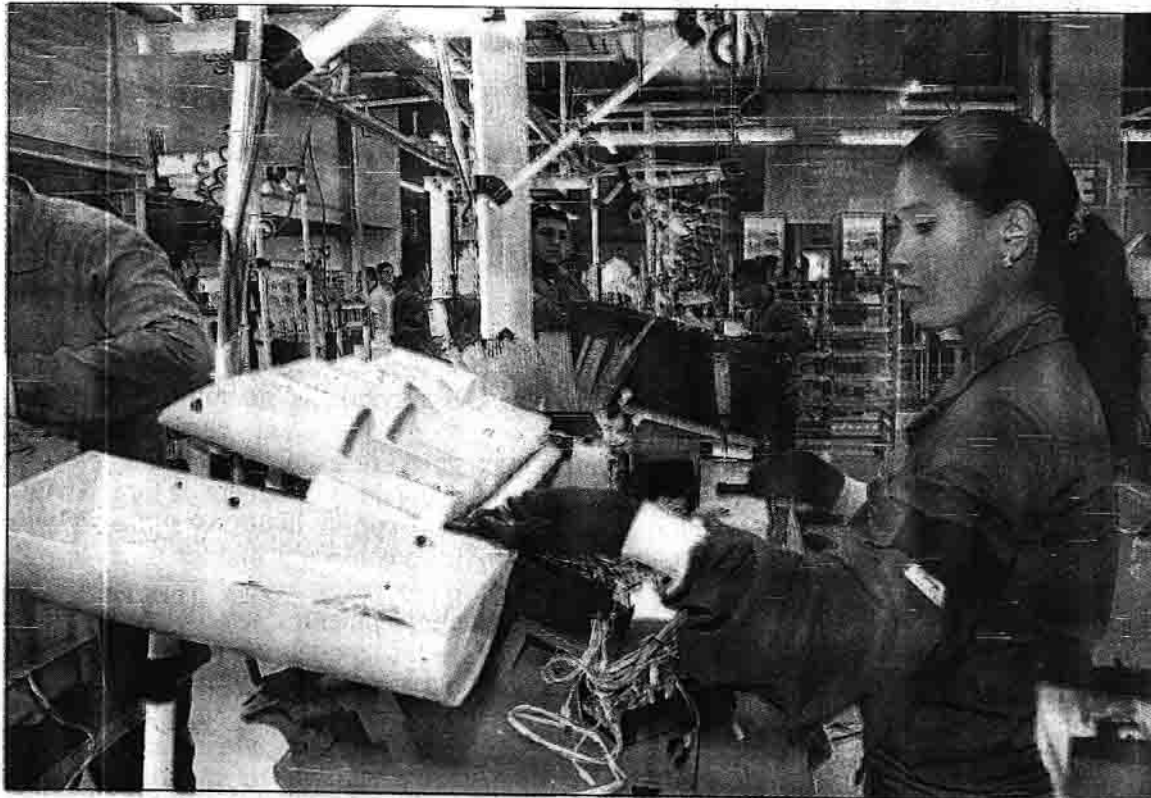
CAPA

 Sefaz

Mudança no ICMS afeta PIM

Página A5

Foto: Walter Mendes



Setores como o de eletroeletrônicos podem sofrer alteração no nível de incentivo após estudo de competitividade

Estudo ameaça tirar competitividade

Análise para avaliar incentivo do governo para estimular produção é vista com receio por representantes da indústria

Por Juliana Geraldo

Daqui a cinco dias termina o prazo para as fábricas do PIM apresentarem seus estudos de competitividade que devem basear a avaliação do nível de incentivo do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) concedido pelo governo do Estado para estimular a produção industrial no Amazonas.

Na análise do presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, a ação pode ser um 'tiro no pé' da indústria, diminuindo a competitividade do polo industrial e gerando ainda mais desemprego.

Vale lembrar que 12.787 mil trabalhadores já foram demitidos das fábricas do PIM no primeiro semestre, segundo informações do Sindmetal-AM (Sindicatos dos Metalúrgicos do Amazonas), 92,86% a mais em relação ao mesmo período de 2011.

"A preocupação é o governo achar que não precisa mais incentivar totalmente determinados produtos", argumentou.

Ele esclarece que o objetivo principal da medida é aumentar a arrecadação e reduzir custos para os cofres públicos e ressalta que o governo tem o direito de avaliar, sempre que considerar necessário, o nível dos incentivos fiscais concedidos para preservar a saúde

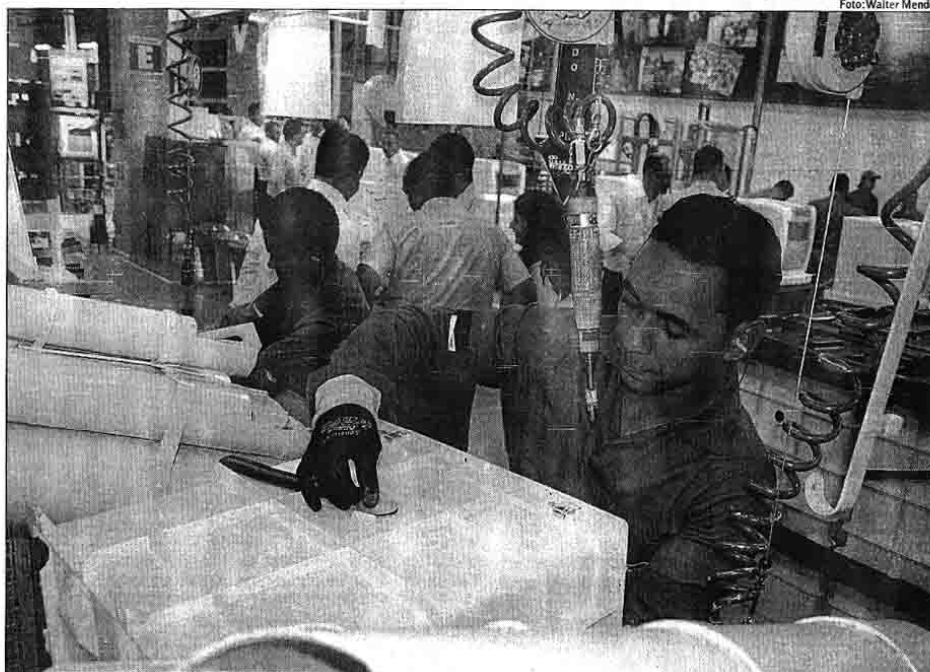


Foto:Walter Mendes

O objetivo da iniciativa, segundo o órgão da Fazenda estadual, é o equilíbrio da política de incentivos fiscais do Estado

financeira estadual.

"A contrapartida é que ao fazer a análise dos estudos e julgar quais os segmentos 'merecem' ou não a isenção, ele pode espantar o fabricante, reduzindo a arrecadação e o emprego", alertou.

O presidente do Core-

con-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas) e consultor empresarial, Ailson Rezende, concorda que o temor real dos representantes da indústria, intensificado pela proximidade da entrega dos estudos, é de que as empresas com 100% de isenção vejam

seu benefício reduzir e não reajam bem à decisão.

"Muitos deles só estão aqui em função do incentivo total, principalmente empresas do polo eletroeletrônico que já nem possuem toda a cadeia produtiva concentrada em Manaus. Se o incentivo for

reduzido, eles podem avaliar como não lucrativo continuar no Estado", reforçou.

O estudo

Segundo informações repassadas pela Seplan (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

do Amazonas) todas as empresas que obtiveram prorrogação do benefício fiscal de 100% de crédito-estímulo por meio do Decreto 32.031, de 30 de dezembro de 2011 devem apresentar o estudo.

O relatório deve conter informações sobre custos, mão-de-obra, despesas, investimentos, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, e um estudo de perda de competitividade que justifique a manutenção do nível de 100% de crédito-estímulo.

O objetivo, segundo o órgão, é o equilíbrio da política de incentivos fiscais do Estado. Com as informações em mãos, a equipe técnica do governo vai avaliar se o incentivo permite ou não a competitividade no mercado, preservando a arrecadação estadual.

Por dentro

RESOLUÇÃO

A Resolução da Seplan em conjunto com a Sefaz (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas), atende termos constitucionais art. 153 §§ 1º e 2º e com o permissivo da Lei 2826/2003, e permite revisão da elevação do nível de crédito-estímulo em caráter excepcional e temporário, em face da comprovada perda de competitividade das mercadorias produzidas no PIM.

PIM

Audidores negam demora no despacho de mercadorias

Emyle Araújo
Especial para o JOM

Indústria e comércio preparam análise detalhada que comprove a demora na liberação de produtos importados nas alfândegas do Porto de Manaus e do Aeroporto Eduardo Gomes. Enquanto isso, os auditores fiscais da RFB (Receita Federal do Brasil) apresentam relatório que garante que 90% das cargas recebidas têm sido liberadas em até 24 horas.

De acordo com o inspetor-chefe da Alfândega do Porto de Manaus, Osmar de Carvalho, 79% do carregamento têm sido liberados em um dia e somente 5,35% leva mais de uma semana nos galpões. "Muitos dos insumos e produtos que ficam mais tempo nos depósitos são reflexo de pendências dos próprios importadores", explica – referindo-se, por exemplo, aos erros durante o preenchimento e a falta de documentação necessária.

O inspetor-chefe da Alfândega do Aeroporto Eduardo Gomes, Renato Castro, afirma que 3.286 cargas já foram liberadas neste mês somente em sua unidade. No Porto de Manaus, o número é de 2.553. Baseado no estudo, 93% das DIs (Declarações de Importação) foram desembaraçadas no aeroporto e no porto, houve 91% de desembaraço.

Para o presidente do Cieam (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), Wilson

Périco, a situação está bem diferente do que foi apresentado pela categoria em greve há quase 40 dias. "As fábricas vêm suspendendo linhas de produção e anunciando férias coletivas para os trabalhadores. Como dizer que a liberação de insumos está funcionando de maneira regular", questiona.

Segundo Périco, há registros de cargas retidas pelo canal vermelho por quase duas semanas. "Normalmente, o tempo seria de cinco a seis dias".

Para tentar estreitar a relação tanto com o comércio quanto com a indústria, membros da Receita Federal devem se reunir amanhã, no Aeroporto Eduardo Gomes.

Novo decreto

Governo federal anuncia decreto que autoriza substituir auditores fiscais da RFB (Receita Federal do Brasil) que estejam em greve ou em operação padrão por fiscais estaduais e municipais. Para representantes do

Sindifisco (Sindicato dos Auditores Fiscais), a medida fere o Artigo 237 da Constituição Federal, que dá ao Ministério da Fazenda o controle sobre o comércio exterior.

O vice-presidente do Sindifisco Nacional, Marcos José Souza Neto, adianta que a categoria deve se reunir ainda esta semana para discutir a ordem.

Os auditores reivindicam reajuste salarial de 30,19% nos salários que não são reajustados desde 2010.

Prevenção

Seminário sobre segurança no trabalho começa hoje

Começa hoje, no auditório da Suframa, o Seminário Estadual do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho no Amazonas, uma iniciativa da Comissão Pró-instalação da Fundacentro em Manaus, organização que congrega 20 entidades empresariais, públicas e sindicais, sob coordenação do Sindicato da Indústria da Construção Naval, Náutica, Offshore e Reparos do Amazonas (Sindnaval) e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Amazonas (Sintest-AM).

De acordo com o presidente do Sindnaval, Matheus Araújo, no primeiro dia do evento – que irá reunir 450 participantes dos mais diversos setores da economia do Estado e também representantes do Acre, Rondônia, Amapá, Roraima e do Ceará – acontece a assinatura do Protocolo de Intenção e Termo de Adesão ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho com a meta

de reverter a falta de políticas públicas no Amazonas para o setor.

“Dados do INSS apontam que a maior parte dos acidentes em Manaus acontece com homens (6.604 casos), com idade entre 20 a 39 anos, mas ainda carecemos de um diagnóstico exato de quais são as atividades com maior incidência, o índice de vítimas fatais, as causas e até mesmo de números confiáveis da situação no interior do Estado”, explicou Matheus Araújo, ao destacar que os levantamentos do INSS são realizados a cada dois anos.

Outros objetivos do evento que acontece na Suframa é tirar o Amazonas do segundo estado na região Norte em registros de acidentes no local de trabalho segundo dados do Instituto Nacional de Seguro Social com 8.375 casos, em 2010 além de divulgar e debater a implantação dos artigos 163 e 185 da Constituição Estadual e a Lei 2.904 de 2004.



Coletiva reunindo representantes deu início ao seminário

Abimaq

Faturamento da indústria de máquinas cai 0,5%

A indústria de máquinas e equipamentos fechou o mês de junho com faturamento bruto real de R\$ 7,158 bilhões, o que representa uma baixa de 0,5% em relação a maio. Na comparação com junho de 2011, o faturamento bruto real registrou alta de 3,8%. Segundo a entidade, no acumulado do primeiro semestre de 2012 o setor faturou R\$ 39,932 bilhões, o que representa um avanço de 2,1% ante igual período de 2011.

O consumo aparente de máquinas e equipamentos atingiu, no fim do mês passado, R\$ 9,458 bilhões, o equivalente a uma queda de 8,3% ante maio. Em relação ao mesmo mês de 2011, houve um crescimento de 7,6%. Nos seis primeiros meses do ano, o consumo aparente totalizou R\$ 54,8 bilhões, uma alta de

9,17% ante igual período do ano anterior.

As exportações somaram US\$ 1,016 bilhão em junho, com alta de 8,3% ante o mesmo mês de 2011 e recuo de 4,0% ante maio. Já as importações totalizaram US\$ 2,354 bilhões no mês passado, baixa de 6,3% ante junho do ano passado e perda de 23,2% ante maio.

No acumulado do ano até junho, as exportações somam US\$ 5,987 bilhões, enquanto as importações totalizam US\$ 15,231 bilhões, com crescimento de 11,6% e 7,6%, respectivamente. Os dados resultaram em um déficit para o setor de US\$ 9,2 bilhões nos primeiros seis meses deste ano, o que representa aumento de 5,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Taxa de desemprego sobe para 10,7%

Levantamento do Dieese para junho revela que o número de desempregados no país avançou em 23 mil pessoas

A taxa de desemprego no país subiu para 10,7% em junho, alta de 0,1 ponto percentual em relação a maio, quando estava em 10,6%. A PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), realizada pelo Seade e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), foi divulgada hoje.

O nível de ocupação no país subiu 0,4% nas sete regiões metropolitanas pesquisadas. No mês, o total de ocupados nas regiões foi estimado em 20,079 milhões, para uma PEA (População Economicamente Ativa) de 22,484 milhões. O número de desempregados avançou em 23 mil pessoas.

A taxa de desemprego apresentou recuo em Recife (passou de 11,7% em maio para 10,9% em junho). Ficou estável em Belo Horizonte (de 5% para 4,8%),

Distrito Federal (de 13% para 12,9%), em Fortaleza (de 9,9% para 9,7%) e em Porto Alegre (de 7,3% para 7,2%).

A taxa de desocupação aumentou em Salvador (de 17,6% para 17,9%) e São Paulo (de 10,9% para 11,2%).

Na divisão por atividade, o

Nível de ocupação no país subiu 0,4% nas sete regiões metropolitanas pesquisadas, segundo levantamento do Dieese

nível de ocupação subiu apenas em três dos cinco setores: alta de 5,1% em construção e de 0,4% em comércio e em reparação de veículos automotores e motocicletas.

O rendimento médio real dos ocupados (descontada a inflação) cresceu somente em Porto Alegre (1,5%, passando a valer R\$ 1.551). Reduziu-se em Belo Horizonte (-2,1%, R\$



Foto: Walter Mendes

No mês, o total de ocupados foi estimado em 20,079 milhões

1.378), Distrito Federal (-1,9%, R\$ 2.237), Salvador (-0,9%, R\$ 1.071) e Recife (-0,7%, R\$ 1.086).

A Seade e o Dieese apuram os números em sete regiões: Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal.



Governo quer temporários

Decisão do Governo Federal de fechar parceria com Estados e Municípios para manter atividades é rechaçada por entidades

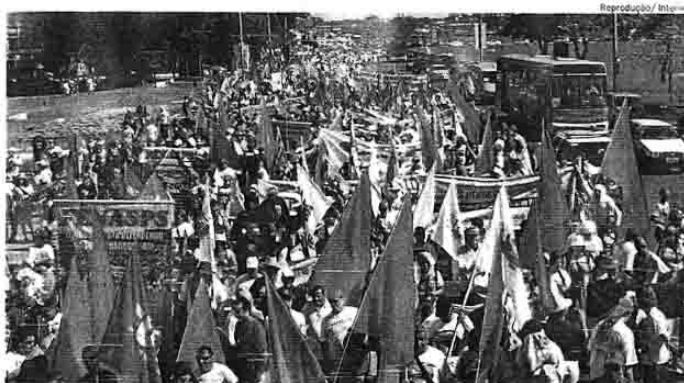
LUANA GOMES

luana.gomes@acritica.com.br

Como prova de que não está disposto a acatar tão cedo as reivindicações dos grevistas, o Governo Federal publicou uma medida "indigesta" às categorias participantes, no Diário Oficial da União (DOU). O Decreto nº 7.777 dispõe que, para garantir o atendimento à população dos serviços públicos, os ministros de Estado contratarão mão de obra temporária para substituir os grevistas, fechando parcerias com Estados e Municípios para assegurar a regularidade destas atividades.

A publicação causou revolta dentre os servidores que estão com os "braços cruzados". O presidente da delegacia amazense do Sindifisco Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco-Nacional), Eduardo Toledo, comentou que a entidade se prepara para entrar na Justiça Federal contra o decreto, em virtude da "ilegalidade e inconstitucionalidade" da ação.

Conforme a Lei nº 7.783 (Lei das Greves), "é vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos". Embora aja hipóteses que garantem a substituição, de acordo com Toledo, não há motivos para adotá-las, como o fato de não manter uma equipe para dar continuidade ao serviço (os 30%), assim como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou



Marcha do funcionalismo público federal foi realizada no dia 18, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília

Busca rápida



Sindifisco critica falta de pessoal

Além de substituição, o decreto também dispõe que a liberação de veículos e cargas deve ser executada em um prazo máximo a ser definido pelo respectivo ministro de estado. Eduardo Toledo, do Sindifisco, abordou que a rigidez ao aplicar a legislação, com a "operação padrão", é um fator que deveria acontecer naturalmente caso o quadro de servidores fosse suficiente para atender a demanda.

decisão da Justiça do Trabalho. O presidente exemplificou que a decisão "seria o mesmo que dizer que professores do ensino fundamental do município podem atuar na universidade federal, mesmo com complexidades diferentes".

No caso específico da atividade de comércio exterior, o presidente comentou que a medida é "inócua", tendo em vista que os servidores que atuam nesta área passam por meses de treinamentos para entender o processo, assim como as legislações tributárias. "Não duvido da capacidade dos colegas do fisco estadual, mas provavelmente eles não estariam preparados para desempenhar esta função", pontuou.

As medidas devem afetar to-

das as categorias que respondem por atividades e públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal. De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Amazonas (Sindsep-AM), Menandro Sodré, as categorias que deflagraram a greve (Ibama, Inpa, Incra, Ministério da Saúde, Funai, Funasa) - ligadas a entidade -, devem solicitar a anulação do decreto ao governo. "já que ele sempre diz que está aberto a negociações".

Sodré ponderou que somente após o fracasso da tentativa política, a entidade deve recorrer judicialmente. Com base nos dados da entidade, em média, 1,5 mil servidores aderiram ao movimento.

Três perguntas para

Luís Carlos Martins

DELEGADO DA ADUA EM
BRASILIA

1 A decisão do governo mostra indisposição para negociar com os servidores públicos?

Na verdade, o governo finge negociação. Este decreto não é nenhuma surpresa para categoria, especialmente quando o Poder Executivo tem tentado criminalizar o movimento. O governo quer mostrar para a sociedade que somos responsáveis pelo prejuízo nos serviços.

2 Como as entidades atuam para que a população não se revolte ante o movimento que já dura dois meses?

Estamos usando as redes sociais, nossa maior ferramenta de divulgação, justamente para desmistificar essa história de que não estamos dispostos a entrar em um acordo, assim como esclarecer a sociedade sobre os efeitos das propostas apresentadas pelo governo.

3 O corte no ponto dos servidores deve inibir o movimento?

O secretário-geral do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, responsável pela negociação com a categoria, comentou sobre a inverteza deste posicionamento.

Proposta nova é aceita por Proifes

Apesar da necessidade de aprovação de todos os servidores que representam a categoria, o conselho deliberativo da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), que representa sete universidades, acatou, ontem, a proposta apresentada pelo Governo Federal. Na decisão do conselho, a entidade solicita o voto favorável dos sindicatos quanto a proposta.

Dentre os pontos apontados como positivos para a categoria, o presidente da Federação, Eduardo Rolim, destacou a garantia de que nenhum professor receba reajuste inferior a 25%, demanda na qual o governo deve ampliar os recursos de educação para R\$ 4,2 bilhões.

A posição dos docentes quanto a aceitação ou rejeição deve ser apresentada no dia 1º de agosto. Uma vez aceita, a orientação é de que a greve seja encerrada.

A proposta será discutida pelo Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes) em assembleias nos estados.

Duas rodas

Sem previsão de “pacote”

Com incerteza de medidas para incentivar o setor, faturamento e empregos estão comprometidos

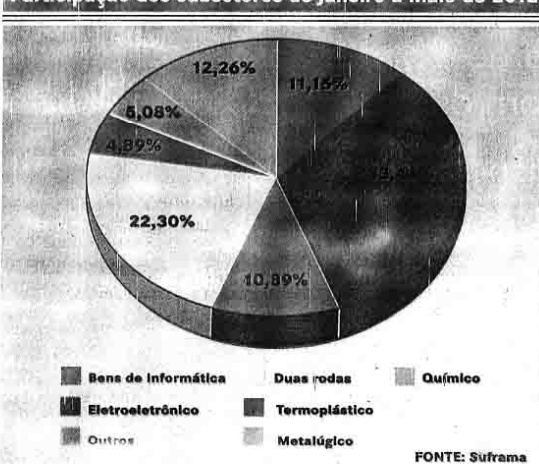
RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

O pacote de medidas prometido pelo Governo Federal e do Estado há mais de um mês para o setor de duas rodas ainda não tem data para ser apresentado. Enquanto isso, a Associação Brasileira dos Representantes de Motocicletas e Similares (Abraciclo) estima que 10% dos 20 mil industriários do setor já foram demitidos e o mesmo percentual se aplica na queda da produção.

Ontem, o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, disse que o governo decidiu isentar 30 fábricas do setor de duas rodas, mas só anunciará junto com as medidas federais. “O superintendente da Suframa

Participação dos subsetores de Janeiro a Maio de 2012



ma, Thomaz Nogueira, irá à Brasília na próxima semana e deve trazer uma definição”.

O diretor-executivo da Abraciclo, José Eduardo Gonçalves, disse que desde maio busca auxílio do Governo Federal para o setor, e ainda não obteve resposta. “Mas acredito que o governo deverá ainda nos responder”. A estimativa é que o setor tenha retração de 15% este ano em relação ao ano passado, se medidas não forem tomadas.

José Eduardo disse ainda que se as novas medidas fossem aplicadas a partir de hoje, ainda assim seria impossível recuperar o que se perdeu no primeiro semestre. “Todas as medidas serão paliativas e para minimizar os prejuízos existentes”.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, disse acreditar que algumas medidas devam sair ainda no início de agosto. “O governo precisa fazer algo para auxiliar o segmento e fará”, disse. Na avaliação de Périco, os consumidores querem adquirir motos, mas não têm crédito.

O representante da Abraciclo acrescentou que a instituição também está em contato com bancos públicos e privados e pede por procedimentos menos rigorosos. “Hoje, os bancos pedem entrada de 20% do valor da moto e parcelam, no máximo, até 36 vezes. Ao menos 85% dos consumidores do produto pertencem às classes C, D e E e o processo de aprovação de crédito tem que levar isso em consideração, criando novas oportunidades”, detalhou.

Para o economista Ailson Nogueira, as medidas só devem ser anunciadas no final de agosto ou início de setembro e os empresários terão que esperar.

Contra Auditores Fiscais

Entidade quer garantir a liberação de mercadorias

Após 21 dias de ameaça quanto a entrada de um processo para impedir os prejuízos da greve dos auditores fiscais, os representantes do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam) finalmente impetraram o mandado de segurança com pedido de liminar para garantir a liberação imediata das mercadorias das indústrias as-

sociadas à entidade. O processo foi distribuído para a 3ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas.

Dentre os requerimentos, a ação aponta que "seja determinado o imediato prosseguimento do procedimento de desembaraço até a efetiva liberação das mercadorias, num prazo razoável a ser estipulado pelo juiz responsável". Além disso, os empre-

sários solicitam que seja fixada uma multa diária, caso a liminar seja deferida pela Justiça Federal e, ainda assim, não seja cumprida pelo movimento grevista.

Segundo o advogado responsável pela ação, Lúcio Rezende Neto, não foi estabelecida nenhuma condenação ao movimento realizado pelos auditores, mas apenas que as medidas adotadas na Campanha Salarial não prejudiquem os "impetrantes".

Com a greve parcial desde 18 de junho, o desembaraço de mercadorias ficou mais lento que o habitual. Muitos produtos que entram nos canais vermelho e amarelo agora passam por conferência física, quando normalmente a carga passava apenas por checagem de documentação, resultando na rapidez do processo. Em alguns casos, as mercado-



Presidente do Cieam, Wilson Périco

rias que ficavam nas alfândegas durante dois dias, estão "em repouso" por mais de oito dias.

De acordo com estimativa do Cieam, diariamente o Polo In-

dustrial de Manaus (PIM) tem um prejuízo de aproximadamente US\$ 16 milhões.

O presidente de delegacia amazonense do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sinfisco Nacional), Eduardo Toledo, comentou que o atraso na liberação é uma forma de pressionar o governo quanto a campanha salarial, especialmente quando as inspeções deveriam ser realizadas desta forma, caso houvesse auditores suficientes. Dentre as reivindicações do setor, está o reajuste de 30%, assim como o aumento do efetivo.

Hoje a categoria fará uma reunião em frente ao Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para chamar a atenção do governo quanto à greve.

Trabalhadores em greve poderão ser substituídos

Medida que autoriza a substituição dos servidores federais por equivalentes estaduais e municipais foi publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU)

A decisão do governo federal de substituir os servidores federais em greve por equivalentes estaduais e municipais foi considerada arbitrária pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Amazonas (Sindsep-AM). Ao menos 1,5 mil trabalhadores de seis catego-

rias estão parados no Estado.

Conforme o decreto de número 7.777/12, assinado pela presidente Dilma Rousseff, os órgãos ou entidades

onde ocorre a greve, paralisação ou o retardamento, estão autorizados a buscar alternativas para garantir o atendimento à população.



Decreto foi adotado especialmente por conta da greve da Anvisa.

Categorias se unem para barrar medida

O secretário-geral do Sindsep-AM, Menandro Sodré, garantiu que as categorias irão se mobilizar para derrubar o decreto governamental. "Caso não haja sucesso em reverter a situação pelo processo político, vamos acionar a Justiça", afirmou.

Apesar de atualmente haver 25 categorias em greve em todo o país, conforme levantamento da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), o decreto foi adotado principalmente em função da mobilização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Receita Federal.

Na norma, o governo orienta que sejam fechados convênios com Estados, Distrito Federal e os municípios, para compartilhar a execução da atividade ou serviço afetado pela paralisação com o intuito de evitar o "estrangulamento do Estado".

Decisão é considerada inócua

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal no Amazonas (Sindfisco Nacional-AM), Eduardo Toledo, a medida do governo é "inócua". "Substituir os auditores por outros é um ato de desespero do governo, que não tem habilidade para negociar com os servidores públicos", enfatizou.

O secretário de Estado da Fazenda, Isper Abrahim, destacou que o governo do Amazonas não vê problemas em fechar convênios para compartilhar servidores, no sentido de evitar os prejuízos que possam ser causados com a greve dos servidores federais. "O governo do Estado está sempre disposto a ajudar", ressaltou.

Conforme a medida, publicada ontem, no Diário Oficial da União (DOU) o temor do governo é de que a paralisação dos servidores cause prejuízos na saúde e na economia brasileira.

Oferta de emprego pelos Sines teve retração de 40% no primeiro semestre

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Nathalie Brasil

MANAUS

A quantidade de pessoas inseridas no mercado de trabalho pelo Sistema Nacional de Emprego do Estado e do município (Sine/Amazonas - Sine/Manaus) caiu 40,8% no primeiro semestre de 2012, frente o mesmo intervalo do ano passado. Nos primeiros seis meses do ano, apenas 3.276 candidatos conseguiram uma vaga em empresas no Estado por meio da ferramenta, enquanto o total de requerentes do seguro-desemprego somou 105,7 mil pessoas no mesmo período.

Aproximadamente 55 mil desempregados receberam de fato o benefício por meio dos Sines, representando um montante superior a R\$ 172 milhões pagos de seguro, com uma média de pagamento em quatro parcelas de R\$ 700. No mesmo período de 2011, o total

pago foi de R\$ 132,8 milhões, para 44 mil trabalhadores.

Somando os números dos dois Sines, foi possível perceber ainda uma queda de 6,26% na quantidade de vagas captadas pelos sistemas. Em 2011 foram 14,7 mil postos mapeados pelos dois órgãos, mas, em 2012, o número chegou a 13,8 mil.

Para o coordenador do Sine Amazonas, Paulo Mendonça Júnior, a queda registrada pode ser atribuída ao próprio cenário econômico. "Não há uma demanda muito forte de consumo dos produtos do PIM (Polo Industrial de Manaus) e isso causa uma diminuição dos números de empregos na indústria, comércio e serviços", declarou.

Segundo Mendonça Júnior, a indústria foi o setor com maior queda nas contratações e contribuiu para o número de desempregados. "Com toda essa crise, o número ainda está alto para o primeiro semestre, mas queremos que no segundo semestre isso caia e o número

FRASE



Paulo Mendonça.
Coord. do Sine
Amazonas

Não há uma demanda muito forte de consumo dos produtos do PIM e isso causa uma diminuição dos números de empregos na indústria, comércio e serviços"

OS NÚMEROS

105,7 mil

trabalhadores deram entrada no pagamento do seguro-desemprego pelos Sines entre janeiro e junho deste ano.

de vagas aumente. Temos uma meta de inserir 15 mil pessoas no mercado de trabalho em todo o ano", afirmou.

O Sine/Amazonas apresentou os piores resultados dentre os dois órgãos. A captação de vagas diminuiu 23,5%, os colocados no mercado de trabalho caíram 53,8% e o número de requerentes de seguro-desemprego fechou o semestre com 90,6 mil pessoas.

Já o Sine/Manaus conseguiu aumentar em 10,5% as vagas captadas e em 28,5% os profissionais inseridos no mercado. No entanto, na avaliação do coordenador do sistema, Thiago Medeiros, isso se deu mais pelo aumento da capacidade de atendimento do Sine/Manaus do que pela reação do mercado.

"Ampliamos nosso setor de captação, então conseguimos mais vagas para o período. A indústria ficou mais complicada de conseguir vagas e houve mais demissões. E quando os desligamentos acontecem nes-

se setor, eles não são pequenos e, geralmente em massa", comentou Medeiros.

Medeiros revelou que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pretende ingressar com o programa 'Bolsa Qualificação' nesse segundo semestre, a fim de amenizar o desemprego do setor no Estado obtido na primeira metade do ano.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE mostram que o Amazonas gerou 25,6 mil novos postos de trabalho a menos no primeiro semestre de 2012, fechando o período com o pior resultado desde 2009. De janeiro a junho deste ano, foram criados apenas 2.914 empregos com carteira assinada, contra 28,5 mil em igual intervalo de 2011, uma queda de 89,7%.

O cenário mostrou ainda que a indústria foi o setor que registrou o menor número de ofertas de empregos com carteira assinada no semestre e que o setor de serviços foi o que mais contratou.

FIEAM conversa com candidatos

As entidades empresariais receberam esta semana na sede da entidade, o candidato a prefeito de Manaus, Arthur Neto (PSDB)

Na ocasião o presidente da FIEAM, Antonio Silva, disse que as entidades abrem suas portas para receber todos os candidatos a prefeito e, na oportunidade, apresentar sugestões quanto a ética, transparência, fortalecimento do Polo Industrial de Manaus e à valorização da população manauara para quem vai disputar as próximas eleições. O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Ismael Bicharra Filho, revelou que 300 empresas estão na iminência de fechar as portas, com quase oito mil demissões no primeiro semestre devido ao caos no

Centro e a falta de fluxo de pessoas e saneamento na área. Destacou o empresário que as deficiências pela qual Manaus padece vem dá má gestão dos políticos.

Na avaliação do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço Júnior, o próximo prefeito deve reconhecer Manaus como um todo, sem se esquecer dos perímetros mais distantes da cidade, onde é desenvolvida a agricultura sustentável e que vem suprimindo a demanda local quanto ao consumo de ovos e hortaliças.



Mercado consumidor

“Temos capacidade de abastecer o nosso mercado consumidor se tivermos apoio do poder político, com programa de incentivos para que possamos crescer. Com essas iniciativas de parceria e tomadas de decisões conjuntas entre empresários, sociedade e poder público, teremos condições de também reduzir o valor da cesta básica mais cara do Brasil, praticado em Manaus”, ponderou o Muni.

O candidato Arthur afirmou que deve lançar em setembro seu programa de governo que constará nele tais reivindicações. “Vamos governar de forma interativa e acredito que a Ação Empresarial contribuirá para que Manaus tenha um setor primário mais desenvolvido, um comércio mais atrativo, indústria mais forte e uma sociedade mais satisfeita com a educação, segurança, saúde, transporte e infraestrutura”, citou.

Isenção para empresário

O secretário do Sindi-sep-DF, Oton Neves, voltou a criticar a falta de uma proposta do governo para os servidores em greve. “O governo já concedeu isenções fiscais aí para os empresários, com valores que dariam para atender todas as reivindicações, e o governo fala que é pra

assegurar o emprego e aí está havendo, a cada dia, demissões no ABC, em tudo quanto é lugar. Então, na verdade, está enchendo o bolso dos empresários e em detrimento, inclusive, da garantia de emprego e principalmente da falta de recursos para o serviço público”, disse.

Servidores serão substituídos

Decreto publicado no “Diário Oficial da União” desta quarta-feira (25) permite que servidores federais em greve sejam substituídos por equivalentes estaduais. Servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Receita Federal em greve nos portos podem ser substituídos pelas vigilâncias sanitárias e secretarias das fazendas estaduais, por exemplo. A greve na Anvisa e de auditores fiscais da Receita Federal já causa prejuízos e filas de navios no Porto de Santos, no litoral de São Paulo, no de Vitória, no Espírito Santo, e no de Suape, em Pernambuco.

De acordo com decreto assinado pela presidente

Dilma Rousseff, “competem aos Ministros de Estado supervisores dos órgãos ou entidades em que ocorrer greve, paralisação ou retardamento de atividades e serviços públicos: I - promover, mediante convênio, o compartilhamento da execução da atividade ou serviço com Estados, Distrito Federal ou Municípios; e II - adotar, mediante ato próprio, procedimentos simplificados necessários à manutenção ou realização da atividade ou serviço. As atividades de liberação de veículos e cargas no comércio exterior serão executadas em prazo máximo a ser definido pelo respectivo Ministro de Estado supervisor dos órgãos ou entidades intervenientes.”

Piso menor para professores

O governo ofereceu na noite desta terça-feira (24) uma nova proposta de reajuste nos salários dos professores federais para acabar com a greve da categoria, que já dura quase dois meses e atinge 57 das 59 universidades federais. Representantes dos docentes passaram a tarde reunidos com o governo e ainda deverão consultar as bases para decidir se põem fim à paralisação. Pela nova proposta, anunciada pela Federação dos Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior

(Proifesp), o reajuste mínimo passaria de 12% para 25%; o máximo, para professores com titulação maior e em dedicação exclusiva, permaneceria em 40%, além dos 4% já concedidos pelo governo numa medida provisória.

O aumento seria dado já a partir de março de 2013, e não mais no segundo semestre do ano que vem. O custo total, para os próximos três anos, seria de R\$ 4,2 bilhões, em vez de R\$ 3,9 bilhões, como previsto na proposta anterior, rejeitada pelos professores.